

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PÓS-GRADUAÇÃO: CONSTRUINDO PONTES PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

UNIVERSITY EXTENSION IN POSTGRADUATE EDUCATION: BRIDGING ACADEMIA AND SOCIAL TRANSFORMATION

Fabiana Casarin¹

Silvia Keli de Barros Alcanfor²

RESUMO

A prática extensionista, historicamente vinculada aos cursos de graduação, tem apresentado crescente relevância na pós-graduação *stricto sensu*. A incorporação dessas ações nos programas de pós-graduação exige a superação de modelos acadêmicos tradicionais e uma transformação cultural que reconheça essas práticas como centrais na construção do conhecimento. Nesse contexto, tem-se o desafio de integrar as práticas extensionistas às atividades de pesquisa em programas *stricto sensu* de forma tal que venham complementar a formação dos pós-graduandos sem parecer uma atividade adjacente ao de pesquisar. Por meio de uma análise reflexiva que discutiu a transição paradigmática na pós-graduação *stricto sensu* brasileira em relação ao seu engajamento com a extensão e a transformação social, foi possível identificar e discutir os argumentos centrais sobre a importância da extensão na pós-graduação. Após análise dos portfólios de pesquisa dos Programas de Pós-Graduações (PPGs), da Universidade Católica de Brasília (UCB), verificou-se que os programas de Ciências Genômicas e Biotecnologia, Educação e Políticas Públicas apresentavam uma interface comum com a educação básica, o que poderia possibilitar a aplicação das pesquisas acadêmicas como ferramentas práticas para a educação básica. Portanto, integrar programas de extensão a pesquisas em desenvolvimento nos PPGs de forma transversal pode ser uma forma de vencer o desafio de transcender os limites da pesquisa acadêmica e assumir um papel mais abrangente na promoção da transformação social, proporcionando aos pós-graduandos o desenvolvimento de competências fundamentais como pensamento crítico, criatividade e resolução de desafios práticos.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária; Pós-graduação *stricto sensu*; Justiça social; Desenvolvimento regional; Políticas públicas.

¹ Fabiana Casarin – Doutora em Química (UnB); pós-doutoranda na Universidade Católica de Brasília (UCB); pós-doutorado na Universidade de Brasília (UnB); professora da UCB. E-mail: fabiana.casarin@p.ucb.br

² Silvia Keli de Barros Alcanfor – Doutora em Química, Pró-Reitora Acadêmica e docente da Universidade Católica de Brasília (UCB). E-mail: alcanfor@p.ucb.br

ABSTRACT

This article analyzes the integration of university extension practices into Brazil's *stricto sensu* postgraduate programs, emphasizing their relevance in civic education, addressing social inequalities, and strengthening the social role of universities. Based on documentary and bibliographic analysis, the study discusses the legal framework establishing the inseparability of teaching, research, and extension, as well as the institutional and cultural challenges to embedding extension activities in postgraduate curricula. It highlights practical experiences from the Catholic University of Brasília, including interdisciplinary projects focused on basic education, digital inclusion, and pedagogical innovation. The results demonstrate that the articulation between applied research and extension can lead to measurable social transformation, particularly in contexts of socioeconomic vulnerability. The study concludes that consolidating permanent support structures and formally recognizing extension as an integral academic activity are strategic steps toward promoting socially engaged postgraduate education aligned with 21st-century societal demands.

KEYWORDS: university extension; *stricto sensu* postgraduate education; social justice; regional development; public policies.

INTRODUÇÃO

Historicamente associada aos cursos de graduação, a prática extensionista tem ganhado crescente relevância na pós-graduação *stricto sensu*. Essa expansão amplia o potencial formativo dos programas, capacitando profissionais não apenas para a pesquisa, mas também para gerar conhecimento aplicável e promover impacto social direto (Fontenele, 2024; Moita; Andrade, 2009). Nesse contexto, as ações acadêmicas voltadas à comunidade emergem como elementos transformadores, influenciando tanto o desenvolvimento dos pós-graduandos quanto as realidades locais (Tempesta *et al.*, 2022). A própria noção de produção de conhecimento na pós-graduação vem sendo redefinida, valorizando-se cada vez mais sua conexão com as demandas sociais (Nóbrega, 2023).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio consagrado na Constituição Federal de 1988 e detalhado na Resolução CNE/CES nº 7/2018, (Brasil, Conselho Nacional de Educação, 2018) adquire contornos ainda mais significativos na pós-graduação. É nesse nível que se espera uma contribuição mais robusta das universidades para o desenvolvimento social e o enfrentamento das profundas desigualdades regionais que marcam o país (Nunes; Pereira; Pinho, 2017; Paro, 2021).

Contudo, a efetiva incorporação da extensão nos programas de pós-graduação *stricto sensu* demanda mais do que ajustes curriculares; exige a superação de modelos acadêmicos historicamente focados na produção científica tradicional e uma genuína transformação cultural (Cristofolletti; Serafim, 2020). Tal mudança implica reconhecer as práticas extensionistas como parte central e indissociável da construção do conhecimento, permitindo que a universidade transcenda o papel de mero centro de produção científica para se consolidar como agente ativo na construção de uma sociedade mais justa e sustentável (Pereira Neto *et al.*, 2023). Essas atividades, quando bem articuladas, promovem transformações sociais relevantes e contribuem para a formação integral dos discentes (Silveira; Ferreira, 2024; Spânu; Ulmeanu; Doicin, 2024).

O cenário contemporâneo, complexo e marcado por persistentes desigualdades sociais, crises ambientais e rápidas transformações econômicas, clama por uma universidade mais permeável e responsiva às realidades locais (Carvalho; Stampa; Santana, 2020). A pós-graduação *stricto sensu*, tradicionalmente voltada à especialização e à pesquisa de ponta, enfrenta assim o desafio de ampliar seus horizontes, assumindo um papel mais explícito na promoção da transformação social e no fortalecimento do desenvolvimento regional (Viana; Santos; Basso, 2017) Viana, Santos e Basso, 2017). Iniciativas como a Portaria Conjunta CAPES/SESu nº 1/2023, que incentiva a inclusão de práticas extensionistas nos programas, refletem esse movimento e reforçam a relevância social da pós-graduação (CAPES, 2024).

Para que essa integração seja efetiva, é crucial alinhar as práticas acadêmicas às demandas concretas da sociedade, superando modelos convencionais (Almeida *et al.*, 2023; Fontenele, 2024). Como defendem Souza e colaboradores (2020), a universidade deve se constituir como espaço de emancipação e construção colaborativa de saberes. Essa perspectiva dialoga com o pensamento de Freire, (2011), que concebe a educação como prática de liberdade, viabilizada pela interação dialógica entre academia e comunidade. Além disso, a participação em ações extensionistas desenvolve nos pós-graduandos competências transversais essenciais, como pensamento crítico, criatividade e capacidade de resolução de problemas práticos (Ribeiro; Forte, 2019) .

Apesar dos avanços normativos e de algumas iniciativas promissoras, a plena incorporação da extensão na pós-graduação ainda esbarra em barreiras institucionais e culturais significativas. Uma resistência histórica tende a relegar as práticas extensionistas a um lugar secundário em relação à pesquisa "pura" (Fontenele, 2024; Freire, Ann Mary Menezes et al., 2023; Silveira; Ferreira, 2024). Superar essa visão exige um reconhecimento institucional robusto dessas ações como fundamentais para a produção de conhecimento relevante (Castro; Porto, 2016). A própria CAPES, ao reforçar o impacto social como critério de avaliação, sinaliza uma mudança de perspectiva sobre o papel da pós-graduação na promoção do desenvolvimento, da equidade e da sustentabilidade (Fiorentin *et al.*, 2024; Viana; Santos; Basso, 2017).

Diante desse contexto desafiador e da crescente demanda por uma universidade socialmente engajada, o objetivo geral deste artigo é analisar a integração da extensão universitária nos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, discutindo seu potencial como ferramenta para a transformação social e o desenvolvimento regional. Para alcançar este propósito, delineamos os seguintes objetivos específicos: Contextualizar a transição paradigmática da pós-graduação *stricto sensu* brasileira em relação ao seu engajamento social; Examinar o arcabouço legal e normativo que sustenta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Identificar os desafios e as potencialidades da incorporação transversal da extensão nas atividades de pesquisa da pós-graduação, utilizando como exemplo programas da UCB; e Argumentar sobre como essa integração pode complementar a formação dos pós-graduandos e promover impacto social significativo, especialmente na interface com a educação básica. O artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, a seção de desenvolvimento aprofunda a discussão sobre o panorama atual, o referencial legal e os desafios da extensão na pós-graduação. A metodologia descreve a abordagem reflexiva e a análise documental realizadas. A seção de resultados e discussão apresenta a análise das experiências da UCB, ilustrando a aplicação

prática da integração proposta. Por fim, a conclusão sintetiza os argumentos e reforça o papel transformador da extensão universitária na pós-graduação.

DESENVOLVIMENTO

A pós-graduação *stricto sensu* no Brasil consolidou-se como um espaço voltado à produção científica, excelência acadêmica e formação de pesquisadores, priorizando a publicação científica e a produtividade intelectual (Brito *et al.*, 2021; Moita; Andrade, 2009). No entanto, as transformações sociais, econômicas e ambientais das últimas décadas exigem que esse modelo expanda seu compromisso com a justiça social, a inclusão educacional e o desenvolvimento sustentável (Bonassina; Kuroshima, 2021; Felix, 2025).

Frente às desigualdades históricas do país, aos impactos da pandemia de COVID-19 na educação e aos retrocessos em políticas públicas, as universidades enfrentam o desafio de construir vínculos mais sólidos com as realidades locais. Nesse cenário, a interação com as comunidades surge como uma via concreta para democratizar o conhecimento e enfrentar as demandas sociais urgentes (Fiorentin *et al.*, 2024). Essa articulação, relevante à luz das diretrizes da Portaria Conjunta CAPES/SESu nº 1/2023, que estabelece o Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (PROEXT-PG), visa integrar práticas extensionistas aos programas de pós-graduação, promovendo uma articulação mais estreita entre ensino, pesquisa e as necessidades sociais do Brasil (Brasil, Secretaria de Educação Superior, 2024).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Art. 207) já previa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio aprofundado pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece a curricularização dessas práticas nas instituições de ensino superior, estimulando a participação ativa da comunidade acadêmica em ações com impacto direto na sociedade (Brasil, Conselho Nacional de Educação, 2018). Estudos como o de Brito *et al.* (2021) indicam que a implementação dessa política, principalmente na pós-graduação, ainda enfrenta desafios consideráveis, como a falta de modelos pedagógicos integrados e a resistência de docentes que geralmente encaram essa abordagem como atividade adicional, não essencial.

Em âmbito internacional, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (2015–2030) e a Agenda 2030 convocam as universidades a atuar estrategicamente na promoção da equidade, sustentabilidade e justiça social, contribuindo com soluções para desafios globais a partir da inserção territorial e da produção de conhecimento aplicado (ONU, 2015). Além disso, o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2021–2030) já destacava a necessidade de fortalecer os vínculos entre pesquisa e realidade social, superando a lógica de uma produção acadêmica desvinculada dos problemas concretos do país (Brasil, 2022). A Agenda 2030 reforça a ideia de que as instituições de ensino superior devem contribuir com soluções para desafios globais a partir de sua inserção territorial e produção de conhecimento aplicado (Biancardi *et al.*, 2023).

Nesse contexto de transição paradigmática, a pós-graduação é chamada a ampliar a sua função social e a se articular mais organicamente com ações acadêmicas voltadas à comunidade, contribuindo para o desenvolvimento regional e a transformação social. Ao integrar iniciativas de impacto territorial ao cotidiano acadêmico, a pós-graduação brasileira se posiciona como protagonista na construção de soluções inovadoras para os desafios locais e globais, promovendo o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social.

As práticas universitárias direcionadas ao envolvimento comunitário, conforme Freire, (2011), devem ser entendidas como ações dialógicas e transformadoras e não como uma simples transferência unidirecional de saberes. Esse entendimento é retomado por autores como Freitas e Souza (2018) e Ribeiro e Forte (2019), que destacam seu papel emancipador e seu potencial para conectar a universidade à sociedade por meio da escuta, respeito aos saberes populares e da intervenção crítica na realidade.

Sob a ótica formativa, a conexão entre universidade e território social permite aos pós-graduandos desenvolverem competências transversais, como pensamento crítico, compromisso ético-social, capacidade de atuação interdisciplinar e sensibilidade para os problemas concretos da população.

Nesse contexto tem-se o desafio de integrar as práticas extensionistas às atividades de pesquisa em programas *stricto sensu* de forma tal que venham complementar a formação dos pós-graduandos sem parecer uma atividade adjacente ao de pesquisar, superando a fragmentação entre ensino, pesquisa e iniciativas conectadas à sociedade.

METODOLOGIA

O presente artigo configura-se como uma análise reflexiva que discute a transição paradigmática da pós-graduação *stricto sensu* brasileira em relação ao seu engajamento com a extensão e a transformação social. Para examinar esse processo, adotou-se uma abordagem qualitativa de natureza interpretativa crítica, adequada à compreensão de fenômenos sociais complexos e dinâmicos (Bowen, 2009; Creswell, 2014). O recorte analítico ancora-se na prática reflexiva do pesquisador, entendida como um movimento contínuo de *reflection in action* e *on action* (Schön, 1991) e aprofundada no campo educacional por Santiago e colaboradores (2016). Essa perspectiva possibilita articular experiência profissional, evidências empíricas e referenciais teóricos, iluminando tensões e potencialidades da integração entre extensão e pós-graduação.

A primeira fase metodológica compreendeu uma revisão bibliográfica sistematizada, realizada nas bases de dados científicos, com foco em publicações datadas entre 2009 e 2024. Para identificar os trabalhos relevantes, utilizou-se uma estratégia de busca baseada na combinação booleana de termos-chave em português e inglês. A seleção dos registros obedeceu a critérios de inclusão específicos: ser texto revisado por pares (artigo, livro ou tese), possuir pertinência temática direta com a relação extensão-pós-graduação e ter disponibilidade integral para consulta. O processo subsequente de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão final dos estudos foi conduzido mediante uma adaptação do protocolo PRISMA 2020 (Page et al., 2021) PRISMA 2020 (Page et al., 2021), resultando em um corpus. As etapas de levantamento, fichamento e análise crítica deste material bibliográfico foram metodologicamente orientadas pelas abordagens propostas por Gil, (2022).

Esta etapa seguiu o protocolo de pesquisa documental proposto por Cellard (2008) e Bowen (2009). O corpus (n=18) foi composto por quatro grupos de documentos: Normativas fundamentais – Constituição Federal de 1988 (art. 207) e Resolução CNE/CES n.º 7/2018; Políticas de fomento – PNPG 2011-2020, PNPG 2021-2030 (Brasil, 2022) e Portaria CAPES/SESu n.º 1/2023 (PROEXT PG); Diretrizes internacionais – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU); Relatórios e descrições públicas de projetos de extensão da UCB, disponíveis na página institucional, entre eles o Projeto Alpha, o PAC Digital

e iniciativas em escolas rurais.

Validação e organização. Cada documento foi examinado quanto a: autenticidade, credibilidade, representatividade e significância. Os arquivos foram mantidos em PDF pesquisável ou no formato digital original e registrados em uma planilha de controle que inclui título, ano, categoria, procedência e anotações iniciais.

Pró-análise e indexação. Procedeu-se a uma leitura exploratória integral, com anotações marginais e seleção de trechos relevantes em fichas de leitura. Em seguida, elaborou-se um quadro síntese (Excel/Google) no qual cada excerto recebeu códigos descritivos provisórios — por exemplo: “avaliação CAPES”, “impacto social” ou “autonomia universitária”. Esses códigos preliminares fundamentam a codificação temática aprofundada que será detalhada na Fase 3.

Na etapa de análise reflexiva, todo o material bibliográfico e documental foi submetido a Análise de Conteúdo temática de (Creswell, 2014) articulada à prática reflexiva do pesquisador. O procedimento ocorreu em quatro movimentos encadeados. Primeiro, realizou-se uma leitura flutuante de todo o corpus para captar uma visão global e confirmar a pertinência dos códigos provisórios criados na fase anterior; desse exercício resultou um mapa conceitual preliminar que registrou ideias força e relações iniciais. Em seguida, iniciou-se a codificação aberta: frases, parágrafos e trechos normativos foram destacados em planilhas eletrônicas, receberam rótulos descritivos e foram associados ao documento de origem, indicando página ou linha. Para reforçar a confiabilidade, dois pesquisadores codificaram de forma independente uma amostra de vinte por cento do material e discutiram as divergências até alcançar consenso. No terceiro movimento, os códigos foram fundidos, renomeados e hierarquizados em quatro eixos analíticos – desafios institucionais, modelos de integração, potencial formativo e impacto social – cada qual acompanhado dos excertos originais, notas analíticas e referências cruzadas à literatura. O quarto movimento consistiu em inferir e interpretar os achados: os dados foram contrastados com a revisão teórica e com registros de diário reflexivo mantidos ao longo do estudo produzindo uma síntese crítica sobre a transição paradigmática da pós-graduação *stricto sensu* brasileira em relação à extensão (Bowen, 2009; Creswell, 2014). Por fim, aplicaram-se os critérios de credibilidade, transferibilidade e dependabilidade propostos por (Velloso e Tizzoni, (2020), garantindo transparência e solidez aos resultados.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em primeira análise, uma proposta para inserir a extensão no *stricto sensu* pode ser a criação de um projeto específico, baseado em uma intervenção na sociedade, com a participação de estudantes de pós-graduação. Nesse caso, as atividades de extensão correm o risco de se tornar um mero apêndice das atividades de pesquisa. Uma alternativa seria integrar uma necessidade social a um único programa *stricto sensu*, envolvendo apenas os pós-graduandos desse programa. Em ambas as situações, a extensão acaba sendo introduzida na pós-graduação *stricto sensu* de forma isolada.

Superando esses modelos isolados, uma estratégia mais promissora consiste na integração das práticas extensionistas às atividades de pesquisa, idealmente no âmbito de um mesmo projeto investigativo, exercitando a indissociabilidade preconizada (Moita; Andrade, 2009). Embora represente um avanço ao vincular extensão e pesquisa, essa

abordagem ainda corre o risco de restringir-se aos limites disciplinares ou programáticos de um único programa *stricto sensu*, o que pode limitar tanto o escopo da intervenção social quanto o necessário diálogo entre diferentes expertises para abordar problemas sociais complexos (Carvalho; Stampa; Santana, 2020). Diante disso, e para superar o caráter periférico da extensão, emerge a relevância de buscar uma transversalidade efetiva, como observado na UCB, que passou a articular as práticas extensionistas diretamente com os projetos de pesquisa entre seus diferentes programas. Nessa concepção, a extensão deixa de ser um esforço isolado para tornar-se um eixo formativo, sendo a interdisciplinaridade — entendida como convergência de expertises, metodologias e objetivos (Nóbrega, 2023) — o princípio norteador que permite transformar resultados acadêmicos em respostas concretas às demandas da sociedade (Bonassina; Kuroshima, 2021; Paro, 2021).

A análise dos portfólios dos programas de Ciências Genômicas e Biotecnologia, Educação e Políticas Públicas da UCB revelou uma convergência substantiva com demandas da educação básica do Distrito Federal. Essa interseção abre espaço para transformar os resultados acadêmicos em ferramentas pedagógicas concretas, com impacto direto nas escolas locais (VIANA *et al.*, 2017). Ao articular extensão, pesquisa e formação em um mesmo movimento, a universidade cumpre o princípio da indissociabilidade sem impor carga adicional aos pós graduandos (Moita; Andrade, 2009; Silveira; Ferreira, 2024).

Essa integração já se materializa em projetos conjuntos dos três PPGs. De um lado, iniciativas de biotecnologia aplicada ao ensino de ciências levam experimentos laboratoriais simplificados às salas de aula, aproximando teoria e prática (Ribeiro; Forte, 2019). De outro, polos tecnológicos de inclusão e alfabetização digital instalam conectividade e equipamentos em escolas vulneráveis, unindo expertise em tecnologia educacional, pedagogia e análise de políticas públicas. Em ambos os casos, a interdisciplinaridade e a transversalidade deixam de ser conceitos abstratos para se converter em ações capazes de gerar benefícios educacionais e sociais mensuráveis.

A operacionalização concreta da interdisciplinaridade, fruto da colaboração entre diferentes áreas, é observada em programas de alfabetização digital que implementam Polos Tecnológicos, dotados de infraestrutura de conectividade via satélite e energia solar. Essas intervenções, particularmente relevantes em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e isolamento geográfico, como as escolas rurais e periféricas, transcendem as limitações preexistentes de acesso à tecnologia, democratizando o acesso à informação e a recursos pedagógicos inovadores. A experiência do Centro de Ensino Sonhém de Cima, na Fercal, conforme o relato de sua diretora, evidencia o papel crucial da conectividade estável na otimização do planejamento pedagógico e na efetiva implementação de práticas educativas mediadas por tecnologia, refletindo um compromisso institucional com a inovação educacional (FAP-DF, 2023).

O apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) nessas iniciativas reforça a relevância da pesquisa aplicada na concepção de soluções pragmáticas para os desafios da educação pública. Essa articulação demonstra a capacidade da extensão universitária, quando integrada à pesquisa financiada, em mitigar as desigualdades educacionais, ao proporcionar oportunidades de inclusão digital para comunidades historicamente marginalizadas no acesso a recursos tecnológicos (FAP-DF, 2024).

Ademais, a biotecnologia emerge como um vetor de fortalecimento do ensino de ciências,

promovendo a aproximação entre o conhecimento teórico e a experimentação laboratorial. A imersão dos docentes em ciclos práticos, como a extração de DNA, configura-se como uma metodologia inovadora que possibilita a transposição direta dos conceitos científicos para o ambiente de ensino. Essa abordagem contribui para uma formação docente mais holística, em que a compreensão conceitual se articula com a aplicação prática, dinamizando o processo de ensino-aprendizagem (Souza, *et al.*, 2020).

Essa transversalidade epistemológica entre a biotecnologia, as políticas públicas e a educação revelam seu potencial na geração de respostas inovadoras aos complexos desafios educacionais. Projetos que implementam polos tecnológicos não apenas capacitam professores e alunos em habilidades digitais, mas também fomentam a integração de tecnologias digitais nas atividades pedagógicas cotidianas, cultivando competências transversais essenciais, como o pensamento crítico e a resolução de problemas. Consequentemente, essas iniciativas não apenas impulsionam a inclusão digital, mas também catalisam a transformação das práticas educativas (Souza, *et al.*, 2020).

A inclusão digital, um dos pilares desses projetos, demonstra sua importância capital na redução das disparidades educacionais. Ao prover acesso à tecnologia e à informação, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e isolamento geográfico, esses programas possibilitam que os educadores adquiram as competências digitais necessárias para a formação de alunos mais bem preparados para as demandas do século XXI. Outrossim, a capacitação docente se revela fundamental para a atualização das metodologias pedagógicas, alinhando-as às exigências de um mundo cada vez mais mediado pela tecnologia (Santos; Andrade Santos, 2019).

Diante dessas experiências, a ampliação de iniciativas bem-sucedidas, como o Projeto Alpha: Piloto de uma escola inovadora e o Projeto de Alfabetização Cidadã Digital (PAC Digital), para um espectro maior de instituições de ensino, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e isolamento geográfico, é fundamental para maximizar o impacto social da extensão universitária (UCB, 2024). A disseminação desses projetos possibilita que um número crescente de educadores e estudantes se beneficiem de metodologias de ensino inovadoras e de experiências práticas de laboratório, promovendo uma educação mais equitativa e acessível. A expansão dessas iniciativas pode ser realizada por meio da articulação com políticas públicas locais, ampliando a implementação de polos tecnológicos em mais regiões, especialmente nas áreas rurais e periféricas.

Em síntese, a integração sinérgica entre ensino, pesquisa e extensão exerce um impacto transformador na educação básica. Ao fomentar a inclusão digital e capacitar os educadores, esses programas não apenas ampliam o acesso a uma educação de qualidade, mas também habilitam as comunidades para um futuro mais sustentável. A continuidade e a expansão dessas iniciativas são imperativas para garantir que um número crescente de instituições de ensino, particularmente nas áreas rurais e periféricas, possa usufruir de uma educação transformadora e alinhada com as exigências do século XXI. A conexão entre as necessidades da comunidade e as ações de pesquisa e extensão é essencial para o desenvolvimento de soluções sustentáveis que beneficiem toda a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que integrar a extensão de forma transversal às pesquisas nos programas *stricto sensu* é um caminho promissor e fundamental para superar os limites acadêmicos tradicionais e fortalecer o papel social da universidade, conforme discutido neste artigo. A análise realizada mostrou que modelos isolados subutilizam o potencial da extensão, enquanto abordagens que articulam diferentes programas em torno de demandas sociais concretas, como as da educação básica, revelam-se mais transformadoras, promovendo a interdisciplinaridade e a aplicação prática do conhecimento.

As iniciativas exploradas no contexto da UCB ilustram como essa integração é viável e pode enriquecer a formação dos pós-graduandos – desenvolvendo competências importantes – ao mesmo tempo em que gera impacto social real, como na qualificação da educação básica, sem representar uma sobrecarga desarticulada. Assim, reafirma-se que a incorporação estrutural da extensão é estratégica para a pós-graduação brasileira assumir um protagonismo maior na promoção da transformação social e do desenvolvimento justo.

Contudo, para que essa visão se concretize, são essenciais não apenas novos arranjos curriculares, mas principalmente uma mudança na cultura acadêmica que valorize a extensão, juntamente com apoio institucional e de fomento para sustentar essas práticas. Embora este estudo ofereça importantes insights a partir de um contexto específico, ele reforça a necessidade de ampliar o debate e as políticas de incentivo à extensão na pós-graduação em todo o país, sugerindo que pesquisas futuras investiguem a aplicação e sustentabilidade desses modelos integrados em outras realidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando; CASALI, Alipio; DOWBOR, Ladislav; RONCA, Antonio Carlos; SANTAELLA, Lucia; VERAS, Maura. Os desafios atuais da universidade: O mundo contemporâneo, as redes de conhecimento e o compromisso da universidade. **TECCOGS: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, [s. l.], no 26, p. 129–149, dez. 2023. <https://doi.org/10.23925/1984-3585.2022i26p129-149>.

BIANCARDI, Alberto; COLASANTE, Annarita; D'ADAMO, Idiano; DARAIO, Cinzia; GASTALDI, Massimo; URICCHIO, Antonio Felice. Strategies for developing sustainable communities in higher education institutions. **Scientific Reports**, [s. l.], vol. 13, no 1, 1 dez. 2023. DOI 10.1038/s41598-023-48021-8.

Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-023-48021-8.pdf>.

Acessado em: 3 abr. 2025.

BONASSINA, Ana Lucia Berno; KUROSHIMA, Katia Naomi. Impactos do Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária: Instrumento de Transformação Socioambiental. **Revista Brasileira de educação ambiental**, [s. l.], vol. 16, no 1, p. 163–180, 2021. DOI 10.34024/revbea.2021.v16.10932. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8537824513641643>. Acessado em: 9 abr. 2025.

BOWEN, Glenn A. Document Analysis as a Qualitative Research Method. **Qualitative Research Journal**, [s. l.], vol. 9, no 2, p. 27–40, 2009. DOI 10.3316/QRJ0902027. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240807798_Document_Analysis_as_a_Qualitative_Research_Method. Acessado em: 2 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil: Senado Federal, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/ind.asp
Acessado em: 9 abr. 2025.

BRASIL. Portaria no 113, de 24 de junho de 2022 - Instituir a Comissão responsável pela elaboração do **Plano Nacional de Pós-Graduação-PNPG**, relativo ao decênio 2021-2030. [s. l.], 24 jun. 2022. Disponível em: <http://www.in.gov.br/autenticidade.html,pelocódigo05292022062700042>
Acessado em: 2 abr. 2025.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resoluções CNE/CES 2018 — Ministério da Educação. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, Brasil, , p. 49–52, 18 dez. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cne-ces-2018>.
Acessado em: 9 abr. 2025.

BRASIL, Secretaria de Educação Superior. **Ministério da Educação. Programa de extensão na pós-graduação é ampliado**. Brasília: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>
Acessado em: 13 mar. 2025.

BRITO, Hávila Rachel do Nascimento Gomes; ALVES, Erinaldo Domingos; CRUZ, Erislene Rayanne Moreira; CARNEIRO, Sofia Vasconcelos; BEZERRA, Milena de Holanda Oliveira; CARVALHO, Mariza Maria Barbosa; CÂMARA, Cândida Maria Farias; VIDAL, Andréa Alexandre; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos. Extensão Universitária e Ensino em Saúde: Impactos na Formação Discente e na Comunidade. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], vol. 7, no 3, p. 29895–29918, 2021. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n3-622>

CAPES. **Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG)** — CAPES. Brasília, 24 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/desenvolvimento-regional/programa-de-extensao-da-educacao-superior-na-pos-graduacao-proext-pg/programa-de-extensao-da-educacao-superior-da-pos-graduacao-proext-pg>
Acessado em: 9 abr. 2025.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; STAMPA, Inez; SANTANA, Joana Valente. Inserção social nos Programas de Pós-graduação na área de **Serviço Social. Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], no 139, p. 415–426, dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.220>.

CASTRO, Pedro Marcos Roma de; PORTO, Geciane Silveira. Ensino e pesquisa e nada mais? Uma análise com base em currículos Lattes de pós-doutores egressos da CAPES. **Administração: Ensino e Pesquisa**, [s. l.], vol. 17, no 1, p. 111–146, 2016. <https://doi.org/10.13058/raep.2016.v17n1.355>.

CRESWELL, John W. **Pesquisa qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. trad. Dirceu da Silva Sandra Mallmann da Rosa. 3o ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. **Educacao and Realidade**, [s. l.], vol. 45, no 1, 2020. DOI 10.1590/2175-623690670. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/jY9GgBb45W8YhHLQYCggLNt/?format=pdf&lang=pt>

Acessado em: 2 abr. 2025.

FAP DF, Agência Brasília. **Alunos de escolas públicas do DF participam de imersão tecnológica**. Brasília: [s. n.], 27 ago. 2024. Disponível em:

<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2024/08/27/alunos-de-escolas-publicas-do-df-participam-de-imersao-tecnologica/>

Acessado em: 2 abr. 2025.

FAP-DF, Agência Brasília. **Projeto fomentado pelo GDF leva internet e computadores a escola rural**. Brasília: [s. n.], 6 jul. 2023. Disponível em:

<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/projeto-fomentado-pelo-gdf-leva-internet-e-computadores-a-escola-rural/>

Acessado em: 5 abr. 2025.

FELIX, Rosane Rodrigues. Avanços e Desafios da Extensão na Educação Superior Brasileira.

EDUCAÇÃO EM REVISTA, [s. l.], vol. 26, p. 1–10, 2025. DOI 10.36311/2236-5192.2025.v26.e025002. Disponível em:

<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2025.v26.e025002>

FIORENTIN, Kelli; MACHADO, Nelson Santos; CIOTTI, Rogério; ROVEDA, Ana Paula da Silva.

Análise da Gestão da Pós-Graduação Stricto sensu a Partir da Estratégia como Prática Social: A Experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, [s. l.], vol. 18, no 10, p. e09009, 24 set. 2024. DOI 10.24857/rgsa.v18n10-106.

Disponível em: <https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/9009>.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções

e desafios A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. **Rev. Katálisis**, [s. l.], vol. 27, no e97067, 2024. DOI 10.1590/1982-0259.2024.e97067. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e97067>

Acessado em: 9 abr. 2025.

FREIRE, Ann Mary Menezes; CARDOSO, Ricardo Silva; SILVA, Valter Gabriel Da Rocha Da;

ALBUQUERQUE, Marianna Abreu Lucchesi De. Curricularização da Extensão: desafios da implementação e a potência de inovação e inclusão social em uma Universidade Pública Federal. **Raízes e Rumos**, [s. l.], vol. 11, no 1, p. 9–26, jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50o ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Maria de Fatima Quintal de; SOUZA, Jusamara. Pensar a formação e a pesquisa na

pós-graduação stricto sensu. **Educar em Revista**, [s. l.], vol. 34, no 71, p. 9–18, out. 2018. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.62549>

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7o ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, [s. l.], vol. 14, no 41, p. 269–293, ago. 2009.

NÓBREGA, Juliana Janaina Tavares. Ecologia dos Saberes: A Interdisciplinaridade para Pensar a Educação e Seus Diálogos. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, [s. l.], vol. 23, no 3, 2023. DOI 10.21680/1984-3879.2023v23n3ID32405. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/32405>
Acessado em: 2 mar. 2025.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; PEREIRA, Isabel Cristina Auler; PINHO, Maria José de. A responsabilidade social universitária e a avaliação institucional: reflexões iniciais. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, [s. l.], vol. 22, no 1, p. 165–177, abr. 2017. DOI 10.1590/s1414-40772017000100009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wLhnRvgyQ8RMBzBhg8zcFmf/?format=pdf>
Acessado em: 2 abr. 2025.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals>
Acessado em: 31 mar. 2025.

PAGE, Matthew J.; MCKENZIE, Joanne E.; BOSSUYT, Patrick M.; BOUTRON, Isabelle; HOFFMANN, Tammy C.; MULROW, Cynthia D.; SHAMSEER, Larissa; TETZLAFF, Jennifer M.; AKL, Elie A.; BRENNAN, Sue E.; CHOU, Roger; GLANVILLE, Julie; GRIMSHAW, Jeremy M.; HRÓBJARTSSON, Asbjørn; LALU, Manoj M.; LI, Tianjing; LODER, Elizabeth W.; MAYO-WILSON, Evan; MCDONALD, Steve; MCGUINNESS, Luke A.; STEWART, Lesley A.; THOMAS, James; TRICCO, Andrea C.; WELCH, Vivian A.; WHITING, Penny; MOHER, David. The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. **Research Methods & Reporting**, [s. l.], vol. 372, no 71, p. 1–9, 29 mar. 2021. DOI 10.1136/bmj.n71. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/bmj/372/bmj.n71.full.pdf>
Acessado em: 2 mar. 2025.

PARO, César Augusto. Extensão universitária na transformação social: apontamentos a partir da extensão popular. **Estudos Universitários - Revista de Cultura**, [s. l.], vol. 38, no 2, p. 129, 14 dez. 2021. <https://doi.org/10.51359/2675-7354.2021.251426>

PEREIRA NETO, Francisco Edmar; LOPES, Jayane Mara Rosendo; NUNES, João Batista Carvalho; FERREIRA FILHO, Luciano Nery. The expansion of stricto sensu graduate studies in education in Brazil. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], vol. 49, 2023.
<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349263111EN>

RIBEIRO, Henrique César Melo; FORTE, Sergio Henrique Arruda Cavalcante. Média de utilização das estratégias pelos programas de stricto sensu das instituições do Brasil da área de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo frente aos cenários prospectados para o período de 2019 a 2030. **Revista Ibero-Americana de Estratégia - RIAE**, [s. l.], vol. 18, no 4, p. 535–555, 2019. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-0704-1812>

SANTIAGO, Homero Silveira; FERNANDES SILVEIRA, Paulo Henrique. Percursos de Marilena Chaui: Filosofia, Política e Educação. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], vol. 42, no 1, p. 259–277, 1 jan. 2016. DOI 10.1590/S1517-97022016420100201. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DzXxmMh45fjK88Vs54jpsSh/?format=pdf&lang=pt>
Acessado em: 2 abr. 2025.

SANTOS, Maria Cristina Elyote Marques; ANDRADE SANTOS, Paulo César Marques de Andrade. **Pesquisa e extensão universitária como sustentação do ensino**. Brazilian Journal of Development, [s. l.], vol. 5, no 9, p. 14345–14360, 2019.
<https://doi.org/10.34117/bjdv5n9-048>

SCHÖN, Donald A. **The Reflective Practitioner: How Professionals Think in Action**. 1º ed. Reino Unido: Ashgate, 1991. vol. 1, . Disponível em: <https://archive.org/details/educatingreflect00sch>
Acessado em: 2 maio 2025.

SILVEIRA, Hélder Eterno da; FERREIRA, Olgamir Amancia. Extensão na pós-graduação: avanços necessários para o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil. **Em Extensão**, Uberlândia, vol. 23, no 1, p. 1–22, 2024.

SOUZA, Debora Mota de; FORTUNATO, Ivan; CORREA, Mateus Tófoli. O pensamento holístico na escola: o caso do projeto meditação de Itapetininga/SP. **Temas em Educação e Saúde**, [s. l.], p. 675–688, 30 dez. 2020. <https://doi.org/10.26673/tes.v16i2.14590>

SOUZA, Ianed da Luz; NAKASHIMA, Rosária Helena Ruiz; GUTBERLETT, Jutta. A Extensão Universitária: espaço de comunicação e de transformação social. **Cadernos de Pesquisa, São Luís**, [s. l.], vol. 28, no 4, p. 371–395, dez. 2020. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa>
Acessado em: 9 abr. 2025.

SPÂNU, Paulina; ULMEANU, Mihaela Elena; DOICIN, Cristian Vasile. Academic Third Mission through Community Engagement: An Empirical Study in European Universities. **Education Sciences**, [s. l.], vol. 14, no 2, 1 fev. 2024. <https://doi.org/10.3390/educsci14020141>

TEMPESTA, Verônica Rosa; ROCHA NETO, Isolfi Vieira; LEAL, Edvalda Araújo; MIRANDA, Gilberto José. Quais saberes compõem a formação docente nos cursos de pós-graduação stricto sensu em contabilidade no Brasil? **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, [s. l.], vol. 41, no 3, p. 18–36, 11 out. 2022. DOI 10.4025/enfoque.v41i3.56335. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307174337002>
Acessado em: 2 abr. 2025.

UCB, Universidade Católica de Brasília. **Projeto Alpha recebe Selo ODS Educação**, alinhado a metas da ONU - Universidade Católica de Brasília. 2024. Disponível em: <https://UCB2.catolica.edu.br/portal/noticias/projeto-alpha-recebe-selo-ods-educacao-alinhado-a-metas-da-onu/>
Acessado em: 1 abr. 2025.

VELLOSO, Isabela Silva Cancio; TIZZONI, Janaína Soares. **Critérios e Estratégias de Qualidade e Rigor na Pesquisa Qualitativa**. Ciencia y Enfermeria, [s. l.], vol. 26, p. 1–10, 2020. DOI 10.29393/CE26-22CEIS20022. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/cienf/v26/0717-9553-cienf-26-28.pdf>. Acessado em: 2 mar. 2025.

VIANA, Emely Crystina da Silva; SANTOS, Silvana Carolina Furstenau dos; BASSO, Cláudia de Fátima Ribeiro Basso. A PRÁTICA EDUCATIVA DO PEDAGOGO NA CONTEMPORANEIDADE. **Revista Dialogos: extensão ou comunicação? diálogos para a prática educativa nos contextos de emancipação**, Brasília, vol. 1, p. 21–29, jul. 2017. Disponível em: <https://portalrevistas.UCB.br/index.php/rdl/article/view/7887>. Acessado em: 9 abr. 2025.